

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SMDHC
CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA (CMI/SP)**

Ano de 2026

REUNIÃO DA PLENÁRIA - ATA Nº 15

Pauta:

- 1)** Grupo de Trabalho das Comissões Permanentes
- 2)** Status Regimento Interno do CMI
- 3)** Edital Temas Temáticos
- 4)** Explanação sobre o “Selo de Direitos Humanos e Diversidade” – Alessandra Gosling
- 5)** COAT- Substituição da Conselheira Maria Aparecida Ribeiro Costa por Thereza Monteiro Marchesini
- 6)** Monção de Repúdio 001/26 CMI- SP
- 7)** Assuntos Diversos

Participantes Governo: Juliana de Oliveira (SMADS); Maria Luiza da Silva (SEME); Fernanda de Laurentiis (SMC); Luciana Aparecida Dell Antonia Martins Scarassati (SMPED); Arthur Xavier (SMDHC); Nelson da Silva Teixeira (SMDCH); Luiz Octavio Massato Kobayashi (SF).

Participantes Sociedade Civil: Maria Rosa Lopes Lázaro (Fórum Santana- Tucuruvi); Maria Conceição Mucheroni (Fórum Santana- Tucuruvi); Clotilde Benedik de Souza (Fórum Jaçanã Tremembé); Dione Silva de Moraes (Fórum M’Boi Mirim); Cicera Alves da Silva (Fórum M’Boi Mirim); Luiz Antonio Rodrigues dos Santos (Fórum São Mateus); Maria Americana Natalino Vilches (Fórum M’Boi Mirim); Jucivaldo Pereira dos Santos (Fórum Penha); Claudia Maria Ramos Lessa (Fórum Pinheiros); Alaide Pedro de Carvalho Silva (Fórum Butantã); Lillia Regina Faccineto (Fórum Cambuci); Elisaneth Arão Martins Neves (Fórum Cambuci); Maria Aparecida Ribeiro Costa (Fórum região Centro); Juçelino Evangelista (Associação Comunitária Beneficente e de Mutirantes Fabio Cândido); Francisco Miguel Filho (Casa da Terceira Idade Tereza Bugolim); Marisa Accioly Rodrigues da Costa Domingues (EACH-USP); Seiti Takahama (Associação Grito dos Excluídos Continental); Meire Aparecida Rastelli (Associação Grito dos Excluídos Continental).

Convidadas(os): Edson Covic (Colegiado Leste); Ligia Salomão (DPS); Luiza Ribeiro (DPS).

No dia **06 do mês de agosto, das 10h13 às 12h20**, foi realizada a quinta reunião **Plenária de 2026** do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa (CMI/SP), na sede da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), endereço Rua Líbero Badaró, 119 - auditório térreo, no Centro da cidade, com quórum de 37 conselheiros (25 titulares e 12 suplentes).

O Sr. **Arthur Xavier**, Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa (CMI/SMDHC), conduziu a reunião. **Arthur** iniciou a reunião desejando um bom dia a todos(as), de forma presencial, e aos que estavam online, convidou para mesa à frente os integrantes da Secretaria Executiva do Conselho: **Cida Costa** (Vice-presidente); **Fernanda de Laurentiis** (Secretária de Registros de Programas, Projetos e Políticas); **Luiz Antonio Rodrigues** (Secretário de Acompanhamento das Comissões, Acompanhamento e Apoio aos Fóruns da Pessoa Idosa); **Lillia Regina Faccinetto** (Secretária de Ouvidoria).

No início da reunião, **Arthur delibera a primeira pauta — Item nº 1: Grupo de Trabalho das Comissões Permanentes**. Antes de desenvolver o tópico, o Presidente pede que a assessora Adriana Fernandes da Silva, Conselheira de Educação, se apresente, pois ela passa a integrar a equipe do CMI.

Adriana se apresenta e explica como funcionará a coordenação das comissões, ressaltando que as reuniões não estavam correndo como o desejado. O intuito é compilar as propostas dos encontros e levá-las a pelo menos a duas secretarias, realizando o levantamento de quais pastas apresentaram devolutivas sobre o planejamento financeiro para a Pessoa Idosa. Ela menciona, ainda, que o ideal é que as primeiras reuniões sejam presenciais para alinhamento, migrando posteriormente para o formato híbrido ou virtual, a fim de evitar divergências de ideias.

Arthur retoma a palavra e cita a assessora Luiza Araújo, nutricionista que está desenvolvendo projetos no conselho, destacando a iniciativa “CPPI Móvel” junto à Coordenação de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa. O Presidente descreve também projetos futuros como ILPIs para a população idosa LGBT e visitas institucionais.

Em seguida, o Presidente faz uma breve síntese, reforçando o papel de assessoria junto às comissões permanentes: agendar as reuniões, planejar os quatro grupos e desenvolver os temas de interesse da população idosa. Por fim, sugere a necessidade de repensar a estrutura das comissões, estabelecendo membros fixos (dois representantes do governo e dois da sociedade civil), além da eleição de suplentes, com o objetivo de readequar o formato ao cenário atual, submetendo a proposta à votação dos presentes na reunião.

Cida Costa, menciona a importância das apresentações dos integrantes da Secretaria Executiva, os quais compõe a mesa. Os membros se apresentam e a reunião segue.

Arthur retoma a pauta da votação para definir se o grupo de trabalho das Comissões deve ou não prosseguir. **Seiti** cita o regimento interno, pontuando que as alterações regimentais ainda estão em desenvolvimento para posterior entrega, e ressalta a relevância da Comissão de Políticas Públicas e Participação, visto que a legislação constitui a base dos trabalhos. **Arthur** concorda quanto à importância da legislação, mas reforça a necessidade de retornar às pautas centrais da reunião. **Seiti** insiste na discussão do regimento interno e propõe o encaminhamento para a comissão responsável, sugerindo a apresentação de propostas e o agendamento de datas para análise. Por fim, **Arthur** pede que Adriana dê atenção a esse agendamento, destacando que a tramitação do regimento possui um caráter diferenciado.

Surgiram algumas dúvidas entre os conselheiros **Cida Costa**, **Seiti** e **Francisco Miguel** quanto ao papel do Presidente do CMI em relação à Coordenação. O Presidente posicionou-se, esclarecendo que as competências da Coordenação não se sobrepõem às do

Conselho, e a reunião teve prosseguimento.

Claudia Lessa, apresenta seus questionamentos e relata que vem sendo cobrada por seu fórum a respeito das ações da Secretaria, demonstrando preocupação com a destinação da verba pública.

Adriana retoma a pauta do regimento e informa ter enviado um e-mail aos envolvidos sobre o agendamento da data para análise. Em relação à proposta inicial de um grupo com quatro pessoas, sugere a inclusão de pautas sobre mudanças climáticas, a divisão das atribuições da Comissão de Ouvidoria e Registro, e a criação de uma nova comissão. Pontua que este é o momento oportuno para essas alterações, visto que podem ser incorporadas à revisão do regimento interno.

Maria Luiza (SEME) reforça a necessidade de alinhar e aprovar o regimento o quanto antes. Aborda a questão da participação do governo nas reuniões, observando que os horários das agendas frequentemente divergem. Diante disso, questiona a viabilidade de criar novas comissões, considerando que as atuais já enfrentam dificuldades de funcionamento interno.

Claudia Lessa manifesta discordância em relação ao posicionamento de **Maria Luiza**, argumentando que a indicação dos representantes governamentais serve justamente para atender às atribuições e obrigações de cada Secretaria.

Juliana (SMADS) apoia a fala de Maria Luiza e relata ter observado um esvaziamento da sociedade civil nas últimas reuniões. Questiona quais pautas efetivas seriam da nova comissão, as quais não poderiam ser absorvidas pela Comissão de Políticas Públicas, alertando para o risco de complicações futuras na criação de fluxos de trabalho operacionais.

Jucivaldo levanta suas preocupações em relação a criação das novas comissões, apresenta a perspectiva de trabalhar em cima daquilo que já existe. Aponta o debate de discutir o orçamento dentro das subprefeituras, com o objetivo de entender o município de forma igualitária.

Edson Covic (Colegiado Leste), convidado, questiona o papel do Presidente em relação ao papel do Conselho ter poder decisório ou não. **Arthur**, por sua vez, explica a complexidade da administração pública, e quais são os papéis de Conselho e Coordenação, sendo o objetivo final a política pública.

Clotilde relatou sua vivência na Comissão de Ouvidoria e Registro, destacando a necessidade de separá-las, visto que a demanda de cada uma é elevada. Ela entende que não há instrumentais suficientes para a realização de visitas técnicas, entre outras demandas de controle social.

Juliana (SMADS) questionou **Adriana** sobre como funcionará a frequência nas reuniões, lembrando que, no início da gestão, foi deliberado que seriam realizadas de forma híbrida, e ressaltou sua preocupação quanto à possibilidade de torná-las exclusivamente presenciais.

Adriana explicou que apenas a primeira reunião seria presencial, com o objetivo de discutir as datas e os passos a seguir. Ressaltou, novamente, a importância da participação das secretarias, uma vez que se observa a necessidade e a existência de lacunas nas pautas levantadas. Mencionou, ainda, a possibilidade de enxugar o número de membros das comissões.

A reunião seguiu.

Arthur colocou em votação a criação do grupo de trabalho.

Votação final

Sociedade Civil	Representantes do governo
12 VOTOS A FAVOR	4 VOTOS A FAVOR

Foi estabelecido o prazo de 15 dias para que a sociedade civil indicasse dois nomes como representantes para o grupo de trabalho das comissões permanentes.

Item nº 2 da pauta: Status Regimento Interno do CMI. **Arthur Xavier** informou que, em relação à Comissão, foi atribuída à Adriana a missão de agendar uma data para o alinhamento. Posteriormente, as pautas serão encaminhadas para DPS. Os nomes dos envolvidos são:

Nome dos Representantes:

Sociedade Civil	Representantes do governo
Seiti Takahama (Grito dos Excluídos)	Arthur Xavier
Meire Rastelli (Grito dos Excluídos)	Nelson da Silva Teixeira (SMDHC)
Maria Aparecida Ribeiro Costa (Fórum Centro)	Juliana de Oliveira (SMADS)
Claudia Lessa (Fórum de Pinheiros)	Dineia Mendes de Araujo Cardoso (SEME)
	Adriana Fernandes da Silva (SME)

Item nº 3 da pauta: Edital Temas Temáticos. **O Presidente** reforça a importância dos grupos temáticos e esclarece que a utilização do FMID e a publicação do edital atendem justamente a essa finalidade. Na sequência, propõe a realização de uma votação dos temas prioritários para posterior encaminhamento ao COAT, encarregado de elaborar o edital — votação esta que contará com a participação de titulares e suplentes.

Maria Luiza ressalta sua atuação na análise de projetos temáticos. Para ela, as demandas debatidas podem originar propostas viáveis para aprovação no FMID, enfatizando também a inclusão de projetos com perspectiva intergeracional.

Miguel posiciona-se a favor de projetos que possuam começo, meio e fim.

Fernanda relata que um dos pontos de discordância entre as áreas de Saúde e Assistência Social foi, justamente, a questão do fornecimento de fraldas. Defende que os

aprimoramentos devem partir do que já existe, potencializando as demandas vinculadas à Secretaria, e ressalta que iniciar projetos do zero pode gerar novos conflitos.

Cida Costa manifesta suas angústias em relação ao crescimento da violência patrimonial contra a população idosa, que muitas vezes permanece invisibilizada. Para potencializar o atendimento, sugere a realização de oficinas temáticas regionais, articulando subprefeituras por macrorregiões. Destaca, ainda, que tais oficinas serviriam para mapear e evidenciar as reais demandas da população.

Seiti manifesta preocupação com a aplicação de verba pública em projetos sem embasamento técnico ou sem um desenho consistente que viabilize sua conversão em ações concretas.

Arthur posiciona-se a favor do uso de recursos para a realização das oficinas, considerando-as de extrema relevância. Ressalta que essas atividades podem mobilizar a população idosa nas subprefeituras, capacitando-a para cobranças futuras nas assembleias. Defende a objetividade no processo, sugerindo a seleção de três eixos temáticos para encaminhamento aos futuros editais.

Seiti reforça que a consulta a técnicos das respectivas áreas é fundamental para evitar o desperdício de tempo e de recursos, garantindo foco e objetividade na resolução dos problemas abordados.

Jucivaldo ressalta que, para realizar exames na rede pública de saúde, o idoso muitas vezes precisa se deslocar para regiões extremamente distantes das Unidades Básicas de Saúde (UBS), encarando essa logística e as longas horas na fila de espera como uma forma de violência. Diante disso, destaca que a oportunidade mais concreta seria ampliar o Programa de Acompanhamento Cuidar da Pessoa Idosa (PAI) para todas as UBSs do município. Aponta, ainda, os problemas de acessibilidade nas calçadas, por serem o meio primário de circulação, e menciona que a "Sala do Idoso", criada na gestão do ex-prefeito Bruno Covas, encontra-se atualmente sem uso, sem equipamentos e sem profissionais destacados para o atendimento.

Meire Aparecida pontua a necessidade de distinguir os projetos voltados ao FMID daqueles destinados a políticas públicas permanentes. Ressalta que o edital deve focar em projetos-piloto na perspectiva da pessoa idosa, os quais poderão futuramente se converter em políticas públicas. Destaca, também, a importância de resgatar as diretrizes da Conferência Municipal da Pessoa Idosa, onde as pautas foram deliberadas de comum acordo, servindo de baliza para as decisões.

Adriana alinha-se à fala de Seiti e informa que a área da Saúde já foi acionada para reuniões com o objetivo de alinhar os fluxos de trabalho e compreender o que já funciona. Acrescenta que também foi agendada uma reunião com a Ouvidoria para tratar de fluxos específicos do setor, e informa que a Comissão de Políticas Públicas já dispõe de uma lista com os temas que serão desenvolvidos.

Cida Costa questiona qual é a composição da Comissão de Políticas Públicas.

Adriana presta os devidos esclarecimentos e responde às dúvidas apresentadas por Cida.

Arthur pondera que a realização das reuniões deve atender às necessidades e respeitar as demandas de ambas as partes, tanto da sociedade civil quanto do governo.

Marissa Accioly corrobora a fala do Sr. Jucivaldo, ressaltando que, se há salas sem uso, é fundamental encaminhar essa demanda aos órgãos competentes. Destaca, ainda, que o dinheiro público se destina ao fortalecimento das políticas públicas, devendo as ações da sociedade civil ser contempladas por meio de outros editais, como os fundos específicos. Por fim, solicita esclarecimentos sobre o formato dos convites que serão enviados, referindo-se às pautas tratadas anteriormente.

Ocorrência: Durante a reunião, o conselheiro **Luiz Antonio** sente-se mal e critica as condições do local, apontando que a sala se encontra abafada. Ressalta, também, a necessidade de disponibilização de verba para lanches/alimentação durante as sessões, considerando que muitos conselheiros podem apresentar quadros de hipoglicemia ou alteração na pressão arterial.

A reunião prossegue com os demais itens da pauta.

Seiti reforça a importância de compreender o fluxo do Conselho e o seu papel fundamental. Posiciona-se esclarecendo que sanar as dúvidas acerca da atuação da nova gestão — que tem na presidência a representação do governo — é crucial para que os encaminhamentos futuros sejam efetivos, visto ter percebido que muitos conselheiros mantinham incertezas sobre a continuidade dos trabalhos. Ressalta que a transparência na gestão do fundo e no cumprimento da legislação é indispensável para dar respostas à sociedade. Pontua, ainda, que a convocação de profissionais especializados enriqueceria e ampliaria os debates.

Niltes corrobora a manifestação de Seiti, concordando que a presença de profissionais especializados é necessária; ressalva, contudo, que em determinados cenários esses especialistas podem carecer de uma perspectiva mais abrangente.

Arthur retoma o posicionamento de Seiti, destacando que o Conselho não pode perder a oportunidade de publicar editais e consolidar políticas públicas. Informa que será lançada a emenda "60+", voltada a ações de letramento, empreendedorismo, entre outras.

Deliberação: Restou decidido que os conselheiros deverão encaminhar por e-mail as sugestões de temas, cabendo à Comissão Executiva compilar e definir as propostas mais votadas.

Arthur questiona aos conselheiros representantes do governo sobre a disponibilidade de participação nos grupos de trabalho.

Item nº 04 da pauta: Explicação sobre o “Selo de Direitos Humanos e Diversidade” – Alessandra Gosling. **Arthur Xavier**, convida Alessandra para compor a mesa.

Alessandra esclarece que, em 2019, a honraria passou a denominar-se "Selo de Direitos Humanos e Diversidade". Se trata de um trabalho desenvolvido por todas as coordenações, decorrente de uma solicitação da Secretária da época para a criação de um selo único e unificado, abrangendo coordenações, órgãos e secretarias. Explica que o objetivo é avaliar os projetos submetidos quanto à sua relevância e viabilidade de aprovação, destacando que o processo deste ano ainda não foi iniciado. Menciona, ainda, que a certificação e a premiação ocorrem no final do ano e que as indicações até o momento não foram definidas.

Seiti levanta dúvidas sobre a concessão do selo às empresas. Defende que a validação do selo passe pelo crivo dos conselheiros — atribuindo essa responsabilidade às comissões — e propõe a criação de uma comissão específica para acompanhar o processo.

Alessandra pondera que a liderança desse projeto cabe à Coordenação de Direitos Humanos da Secretaria. Esclarece que, conforme prevê a legislação e o site oficial do programa (da secretaria), em nenhuma das edições anteriores — estando o projeto a caminho de sua 9ª edição — houve a formação de uma comissão, visto que a responsabilidade pela condução não compete ao Conselho.

Item nº 05 da pauta: COAT- Substituição da Conselheira Maria Aparecida Ribeiro Costa por Thereza Monteiro Marchesini. **Arthur**, comenta sobre o erro das substituições e cita a nova documentação. Segue abaixo a nova formação:

Item nº 06 da pauta: Monção de Repúdio 001/26 CMI- SP. **Arthur** comenta que teve ciência dessa monção. Pede que entre em votação a opção de substituição da monção pelo ofício criado pela Equipe Administrativa, em nome do Conselho.

Seiti comenta estar de acordo, mas entende que uma resolução precisa sair através do Diário Oficial.

Arthur comenta que as resoluções precisam sair pelo DPS e pelo Jurídico, sendo essa a obrigação e a orientação a ser seguida.

Seiti entende que o Conselho é deliberativo e autônomo, não devendo existir impedimentos para resoluções e publicações. Comenta, ainda, que o papel deliberativo foi concedido por lei e está expresso em decreto.

Fernanda comenta que o Conselho é respaldado pela Secretaria.

Seiti comenta que o Conselho não está submetido à Secretaria, mas sim no mesmo patamar.

Meire comenta que a autonomia não deve ser alterada nem discutida.

Arthur comenta que o regimento interno não foi analisado pelo DPS e pelo Jurídico, e que

essa orientação é extremamente importante. Cita novamente o ofício como solução para a pauta.

Miguel questiona em qual trecho da lei o Conselho se enquadra.

Arthur retoma a palavra e diz que é necessário voltar às pautas, mencionando a reunião com o Ministério Público e a votação do ofício.

Item nº 07 da pauta: Assuntos diversos.

Seiti comenta sobre a SEPLAN e a PLOA. Comenta que é necessário pedir ao Prefeito que reavalie essas reivindicações e que deixe claras as questões orçamentárias. Os replanejamentos e o pedido para novos equipamentos são de extrema importância; comenta, ainda, que o COMAS está passando por dificuldades orçamentárias em relação às emendas públicas. Pontua que os projetos de outras emendas não costumam ser muito claros em relação à menção da pessoa idosa, as quais acabam passando despercebidas.

Arthur diz que vai dar ciência a todos os conselheiros e marcar uma reunião extraordinária para resolver as demandas, sendo essa reunião em formato híbrido.

Marissa Accioly explica o papel do Conselho e cita a Escola do Parlamento, que envolve discussões sobre orçamento e participação, com atividades voltadas para esses temas. Cita as audiências públicas e menciona os cenários de extrema importância. Por fim, cita o evento na OAB São Paulo, em 03/08, para o qual a federação de ILPIs foi convidada para discutir e entender os meios jurídicos.

Arthur finalizou a reunião agradecendo a presença de todos e desejando uma boa semana.

Encaminhamentos

N.	Descrição dos encaminhamentos	Responsável	Prazo
01	Reunião Extraordinária	Equipe ADM do CMI/SP	Deliberado 13/08

Participaram da reunião os seguintes Conselheiros(as) da Sociedade Civil:

LISTA DE PRESENÇA		
CHAPA	NOME	PRESENÇA
Fórum da Pessoa Idosa Santana - Tucuruvi	Maria Rosa Lopes Lázaro	P
	Maria Conceição Mucheroni	P
Fórum da Regional da Pessoa Idosa Jaçanã Tremembé	Clotilde Benedik de Souza	P
	Maria Helena Fonseca Victória	A
Fórum da Pessoa Idosa da Zona Sul Capela do Socorro e Parelheiros	Eliane aparecida da Silva	A
	Odair Hengler Lopes	A
Fórum da Pessoa Idosa da Região de M'Boi Mirim	Dione Silva de Moraes	P
	Cicera Alves da Silva	P
Fórum do Cidadão Idoso de São Mateus	Luiz Antonio Rodrigues dos Santos	P
	Maria America Natalino Vilches	P
Fórum Regional da Cidadania da Pessoa Idosa - Penha	Jucivaldo Pereira dos Santos	P
	Marli Teresinha Chagas	P
Fórum da Pessoa Idosa de Pinheiros	Claudia Maria Ramos Lessa	P
	Maria Aparecida Caprino	A
Fórum do Cidadão Idoso do Butantã	Thereza Monteiro Marchesini	A
	Alaide Aparecida Caprini	P
Fórum do Idoso do Cambuci	Lillia Regina Faccinnetto	P
	Elisaneth Arão Martins Neves	P
Fórum Permanente de Políticas Públicas para Pessoas Idosas da Região Centro	Maria Aparecida Ribeiro Costa	P
	Niltes Aparecida lopes de Souza	A
CHAPA	NOME	PRESENÇA
Associação Comunitária Beneficente e de Mutirantes Fábio Cândido	Edna Silva Sales	A
	Juçulino Evangelista	P
Casa da Terceira Idade Tereza Bugolim	Francisco Miguel Filho	P
	Saete Antunes	A
Geronto EACH-USP	Marisa Accioly	PO
	Maria Luisa Trindade Bestetti	A
CHAPA	NOME	PRESENÇA
Associação Grito dos Excluídos Continental	Seiti Takahama	P
	Meire Aparecida Rastelli	P
GARMIC - Grupo de Articulação para Conquista da Moradia para o Idoso da Capital	Olga Luisa Leon de Quiroga	A
	Rosa Moraes	A

LEGENDA
P- PRESENTE
PO- PRESENÇA ONLINE
A- AUSENTE
J- JUSTIFICATIVA
L- LICENÇA

Participaram da reunião os seguintes Conselheiros (as) Representantes de Governo:

LISTA DE PRESENÇA		
SECRETARIA	NOME	PRESENÇA
SMS	Fábio Henrique Salles	A
	José Ivan Ferreira	A
SMADS	Juliana de Oliveira	PO
	Fátima de Jesus Teixeira	A
SEHAB	Maria Regina Rodrigues	A
	Dayana Almeida França	A
SMT	Tyaran Lima Sousa	A
	Angelo Fede	A
SMDET	Angela de Oliveira Acosta Cassesse	A
	Marcia da Silva Carvalho	A
SVMA	Lucas Gomes do Nascimento	A
	José Francisco Armelin	A
SME		A
	Thiago Fijos de Souza	A
SEME	Dineia Mendes de Araújo Cardoso	A
	Maria Luiza da Silva	P
SMC	Fernanda de Laurentiis	P
	Claudio Aguiar Almeida	A
SMPED	Luciana Aparecida Dell Antonia Martins Scarassati	P
	Devanice Jovina de Abreu	A
SMDHC	Arthur Xavier	P
	Nelson da Silva Teixeira	P
SMIT	Schalimar Leal Oriola da Costa	A
	André Thiago Rebechi	A
SF	Luiz Octavio Massato Kobayashi	PO
	Alexandre Alonso Durante	A
SMSUB	Walter Abrão Cavalcante	A
	Conceição Aparecida Mariano	A
SMSU	Alírio José da Silva	A
	Silvia Pavan Barboza Nunes	A

Participaram da reunião os (as) seguintes convidados (as):



CMI- SP
Conselho Municipal de
Direitos da Pessoa Idosa

CMI/SP - GESTÃO 2025/2027
LISTA DE PRESENÇA
PLENÁRIA
06/08/2026



CMI- SP
Conselho Municipal de
Direitos da Pessoa Idosa

CONVIDADOS

NOME

SETOR

ASSINATURA

Edson Coviz

Boleciado Leste

[Signature]

Ligia Sacramento

DPS

Luiz Bileis

DPS

[Signature]